# EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIM - PB

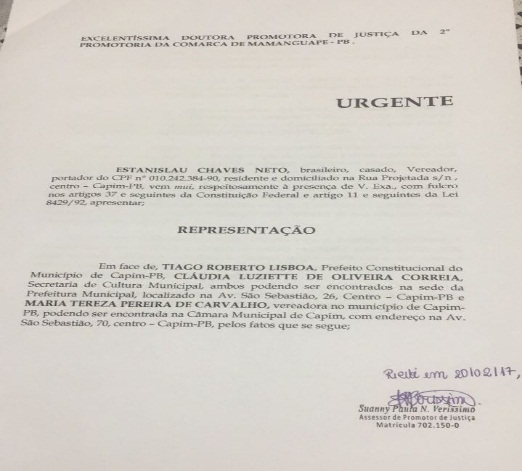
**ESTANISLAU CHAVES NETO**, brasileiro, casado, vereador, portador do RG n° 5656 SSP/PB, inscrito no CPF sob o n° 245461, com endereço profissional na Câmara Municipal de Capim/PB, *in fine* assinado, vem, com fulcro nos arts. 37, *caput,* 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; arts. 55º, inciso III, parágrafo 2 e 3, da Lei l nº 01/97 (Lei Orgânica do Municipio de Capim/PB) e demais artigos da Lei Federal nº 8.429/92, à presença de Vossas Excelências,apresentar denuncia e propor a:

**PEDIDO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CASSAÇÃO E O AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO CARGO DE PREFEITO POR ATO DE IMPROBIDADEADMINISTRATIVA**

em face de:

**TIAGO ROBERTO LISBOA,** brasileiro, portador do CPF nº 032.357.794-69, nascido em 31.08.81, domiciliado no(a) RUA SÃO SEBASTIÃO, nºS/N , CEP 58287.000, cidade de CAPIM/PB, atual prefeito constitucional do município de Capim, pelos fundamentos faticos e juridicos abaixo expostos:

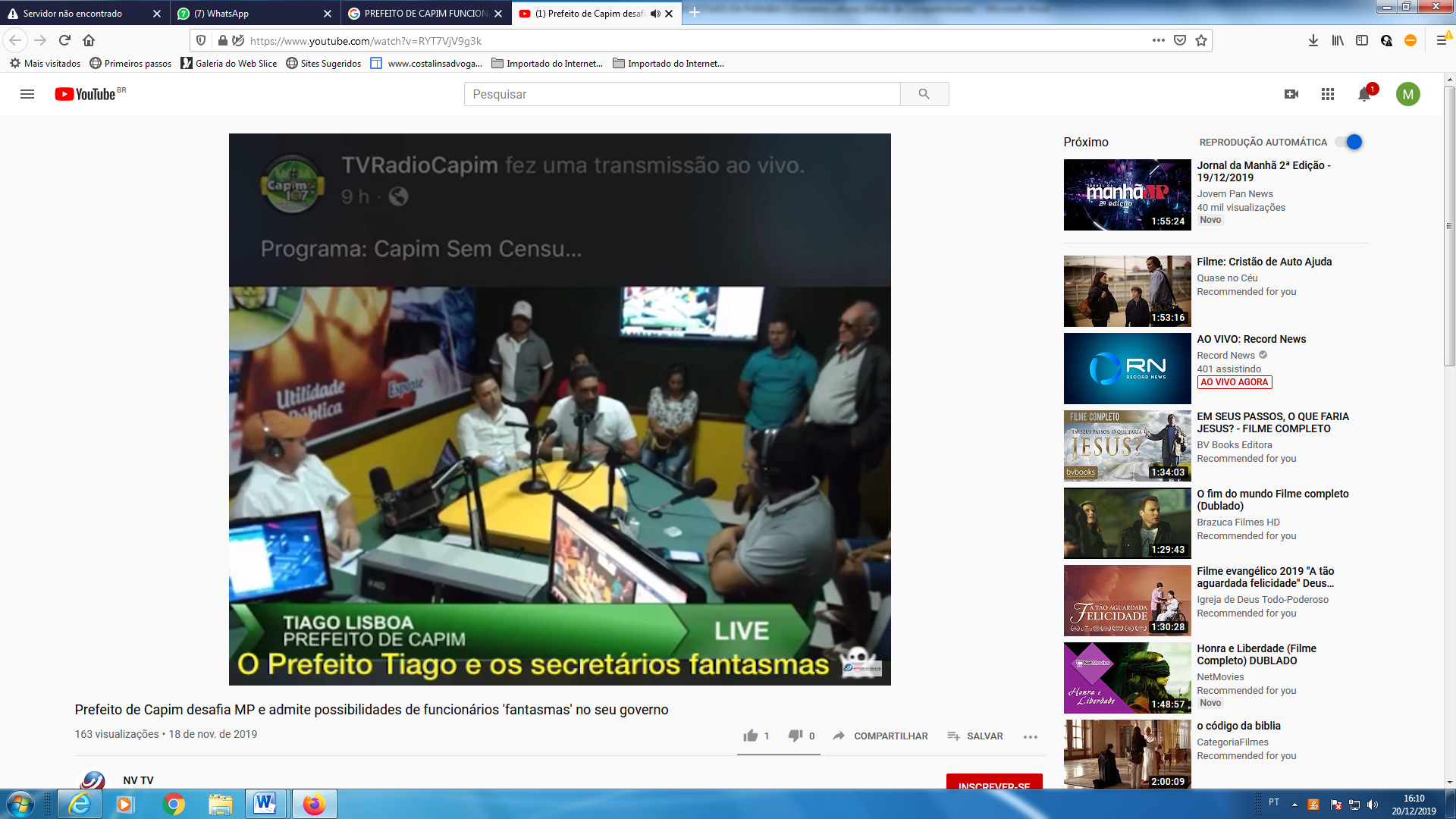
# DA DENÚNCIA



Como já é de conhecimento de toda popoulação capiense, a presente investigação se iniciou com a abertura de varias denuncias ao **MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**,como também o Ministério Público de Contas, ofereceu denúncia ao MPPB (Ministério Público da Paraíba), expondo indícios de improbidade administrativa e ilícitos penais ao gestor municipal,em suas alegações, o órgão aponta diversas irregularidades, nas aéreas: contábil,saúde,educação e resíduos sólidos. Das inumeras notícia de Fato, em 20 de fevereiro de 2017, onde uma noticiante esteve na Promotoria de Justiça de Mamanguape, aduzindo que várias pessoas foram “contratadas/nomeadas” pela Prefeitura Municipal de Capim, desde 02/02/2017, para realizarem serviço diversos, tendo sido a contratação apenas verbal, apenas de faixada com o intutito de favorecer o prefeito e seu grupo politico, para obter vantagens financeiras e eleitorais.

Afirmou, ainda, o noticiante a época, que o prefeito de Capim, ora demandado, informou que, para a “contratação” na prestação de serviço em comento, precisaria de nomes de confiança, para ficar “trocando” no sistema, trimestralmente, explicando que seriam pagos/depositados três meses em seu nome e três meses em nome de pessoas diversas, sendo a prestação do serviço não efetivada.

**Ainda mais grave,** afirmou o secretário, que não precisaria mais ir trabalhar e que os dias trabalhados seriam pagos depois, porém, não recebeu pelos dias laborados. Contudo, após a sua saída, verificou que constavam empenhos no Sistema Sagres (do TCE/PB) em seu nome, e que, **especificamente em relação ao dia 11/05/2018, constava um empenho em seu nome, todavia, somente havia percebido os valores empenhados em seu nome**.



Cumpre registar também, denuncia do esquema ilícito, praticado pelo prefeito Tiago Lisboa, com pagamentos a funcionário fantasma. De acordo com a informação, o **Sr. Jânio Felizardo da Silva**, tio do vice-prefeito Elivelton Ferreira, conforme empenho recebe a quantia de R$ 1.200,00 ( mil e duzentos reais), lotado na Secretaria de Obras, Transporte e Serviço, na função de motorista, o Sr Jânio, o “fantasminha camarada” é proprietário de um mercadinho na cidade de Capim, e portanto, gerenciando o negócio da família, não dá seu expediente na prefeitura. Ainda vale ressaltar por exemplo os agiotas que recebem na folha de pagamento dos servidores, que também são funcionários fantasmas e diárias viciada



O servidor público da Prefeitura Municipal de Capim pelos meios de comunicação, da pratica de CRIME caracterizando ‘rachadinha’ na prefeitura local.

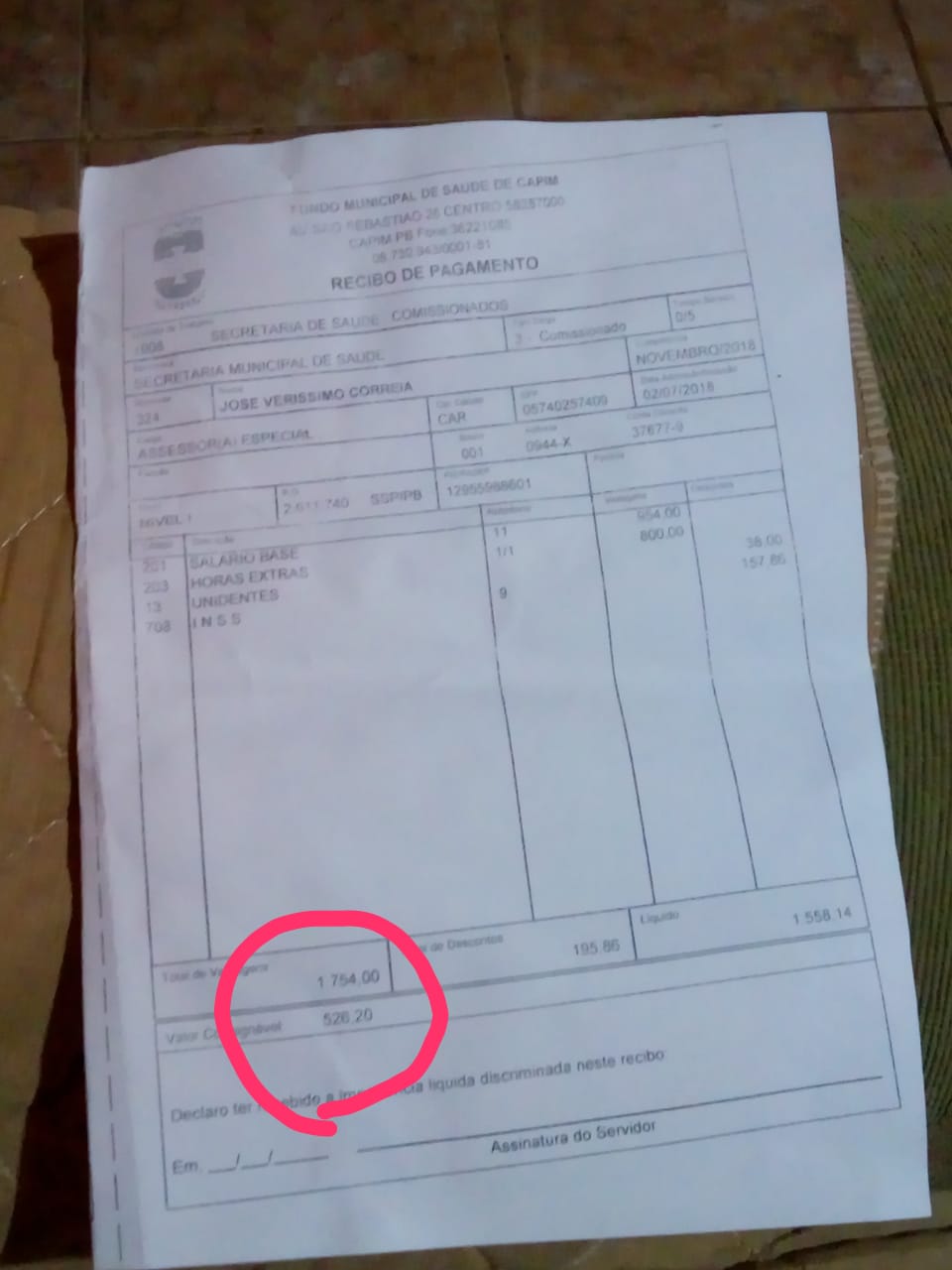
Veríssimo( JOSÉ VERISSIMO CORREIA), era lotado na Secretaria de Saúde e também relatou, que a quantia repassada era estimulada em r$ 600 e, ao assumir o cargo começou a entregar a secretária de saúde, posteriormente passou para o secretário de administração Valdécio Rocha.

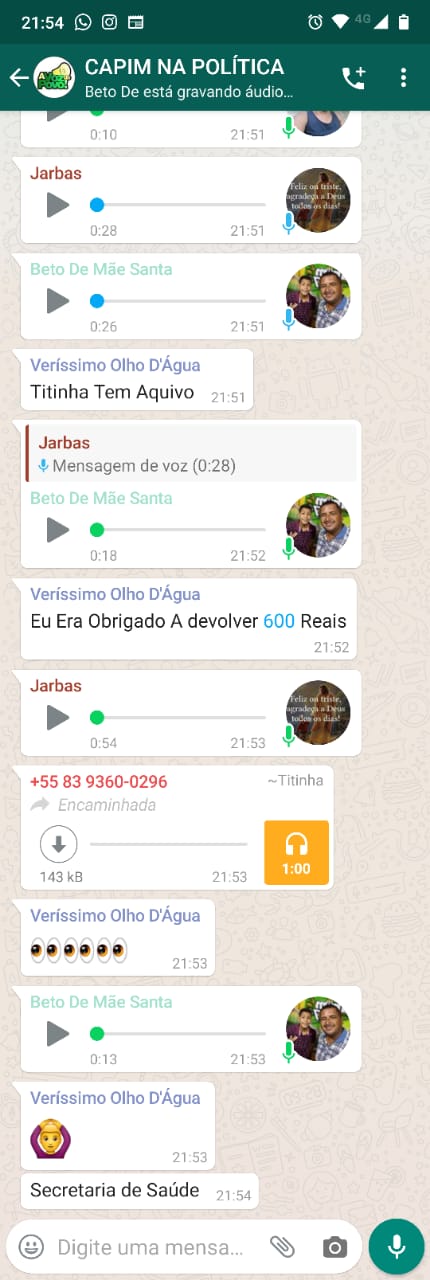
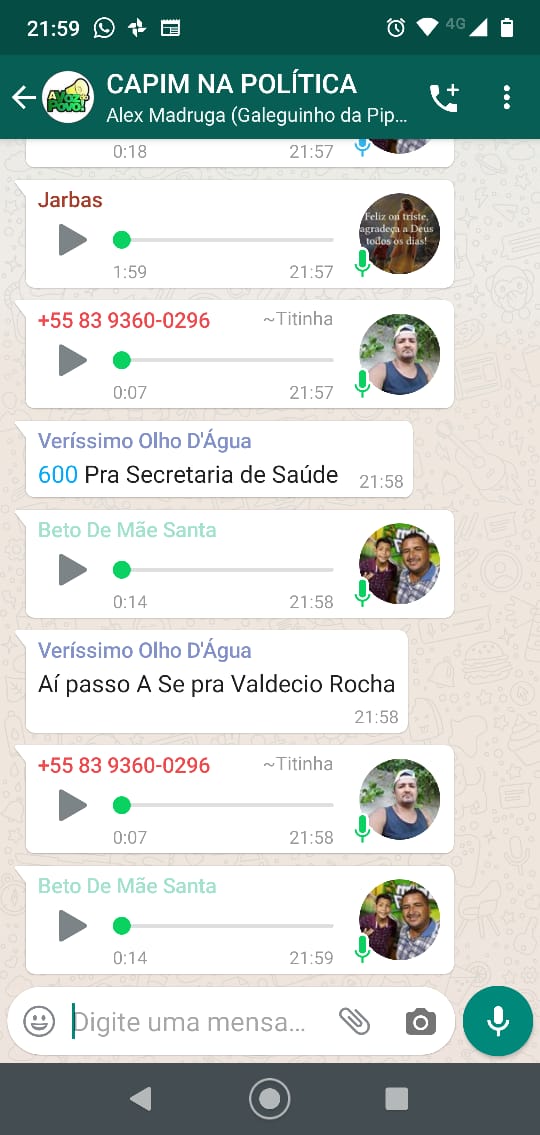
Isso é corrupção. Isso é crime. Pode ser enquadrado criminalmente como peculato-desvio, corrupção passiva, concussão e além de tudo isso pode ser enquadrada também como improbidade administrativa.

Em anexo, uma reportagem oficial do fato, que **contém inclusive os** **áudios do referido servidor**, que afirma que a pratica continua com outros vários servidores municipais.

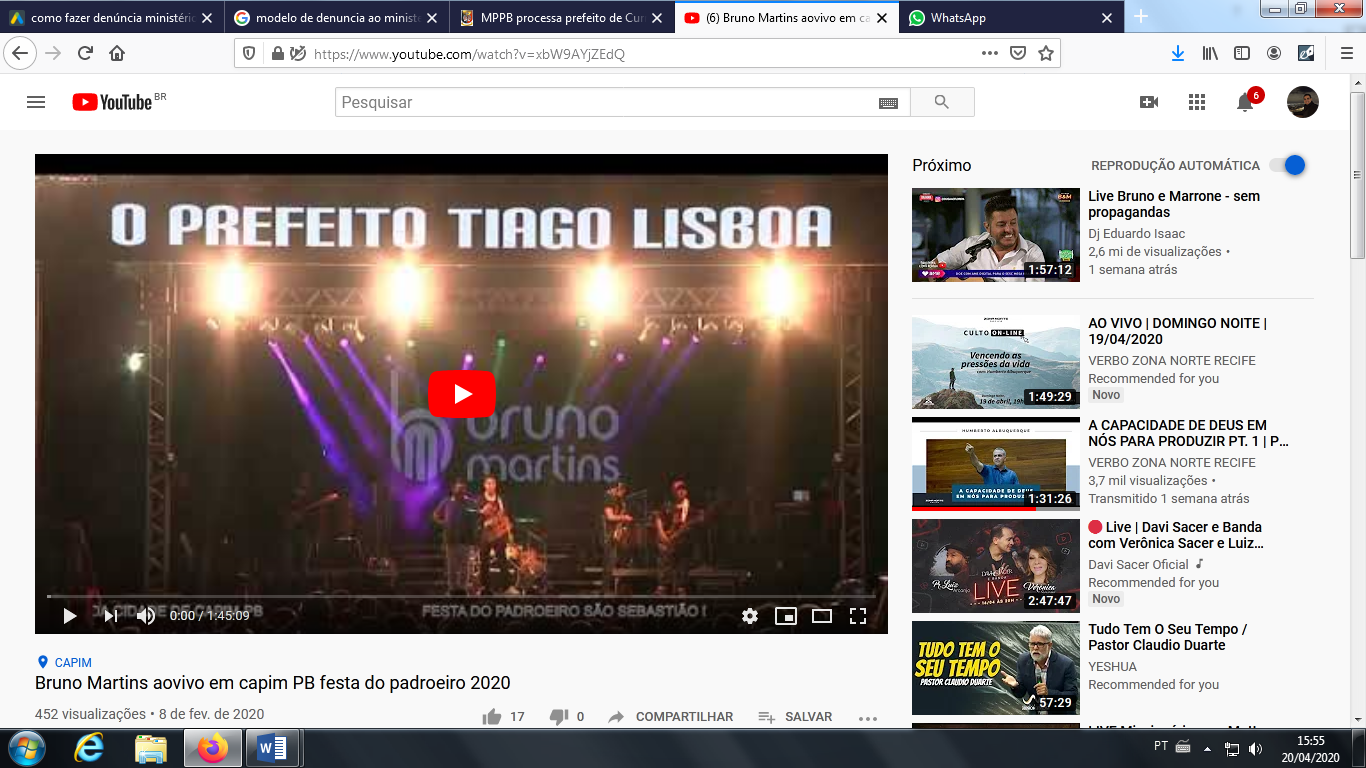
https://noticiasdovalepb.com/blog/2020/02/05/atencao-ministerio-publico-servidor-denuncia-rachadinha-em-capim-e-diz-que-era-obrigado-a-entregar-parte-do-salario-confira-audios/

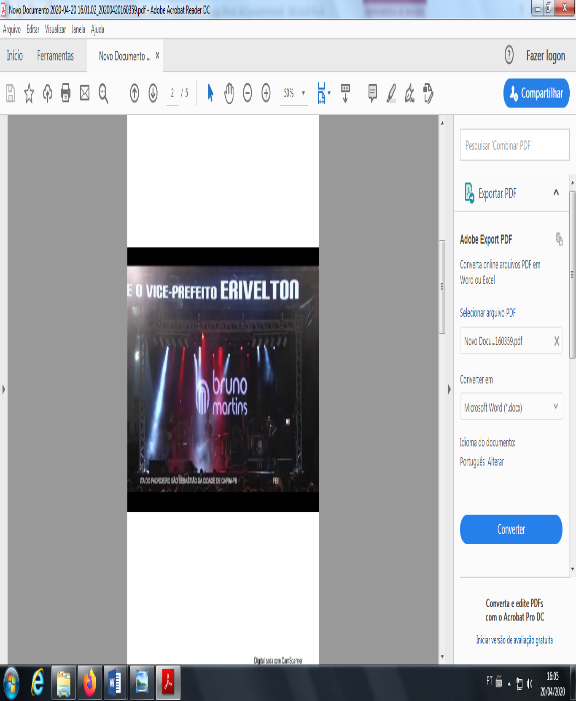
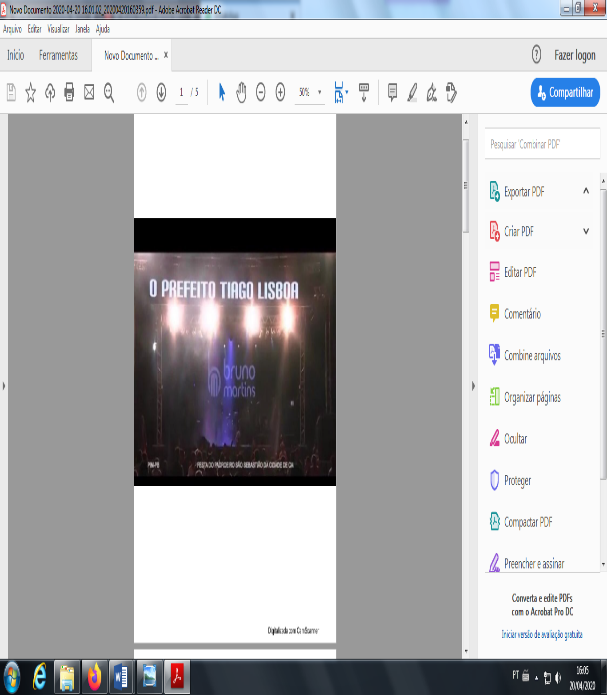


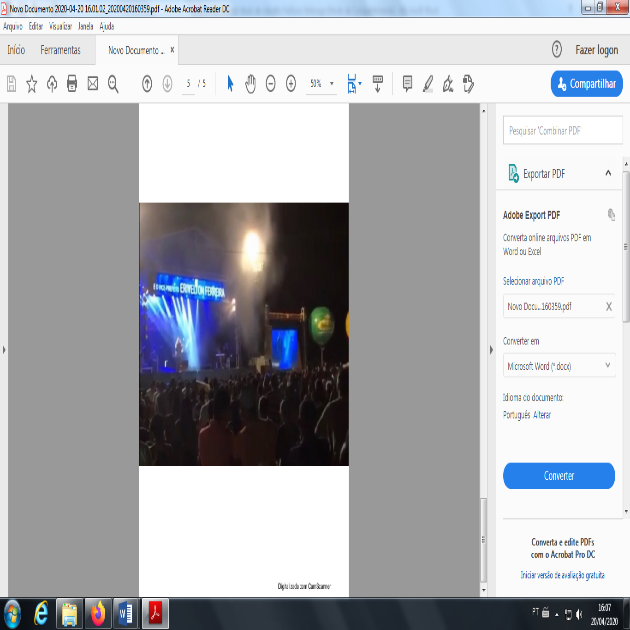
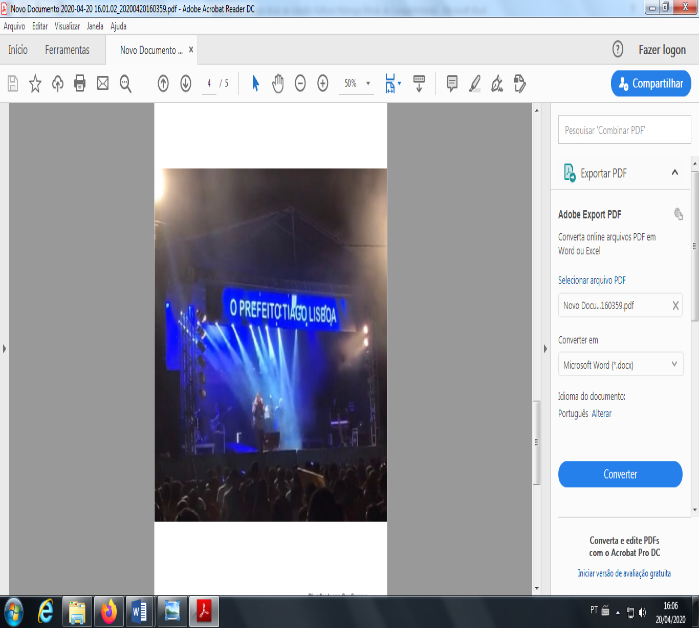


.

Como também é de conhecimento de toda popoulação capiense em razão da prática de utilização de serviço público para fins de promoção pessoal, agredindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade, ao divulgar seu nome em letreiro eletrônico, durante apresentações de bandas musicais em festas populares do município a exemplo(Festa de São Sebastião padroeiro da cidade),devendo ser denunciado com base no Decreto-Lei 201/1967, que prevê pena para quem utiliza-se, “indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos”, e no artigo 69 do Código Penal, incluisive pela repetição do crime cometido.







Diante da gravidade dos fatos constantes das denuncias e notícia de fato, requer a instauração do devido processo interno administrativo, perante esta casa para apurar os fatos por completo, pois são de naturaza gravissima.

# DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

* 1. **Do direito aplicável à espécie**

A responsabilização por atos de improbidade administrativa encontra fundamento no Art. 37, §4º, da Constituição da República

*Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Procede assinalar que a Lei n° 8.429/92, enquanto norma regulamentadora do citado dispositivo constitucional, está vinculada diretamente às diretrizes superiores do Art. 37, *caput*, da CRFB, eis que as condutas ímprobas previstas na Lei de Improbidade Administrativa representam violações, em menor ou maior grau, aos princípios nele estampados.

Por seu turno, o Art. 4º da Lei n° 8.429/92 dispõe no seguinte sentido: “*Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos*”.

O legislador infraconstitucional pretendeu, assim, transferir ao agente público, por meio de dispositivo a ele diretamente dirigido, o dever de observância aos princípios que norteiam a atividade administrativa e que se encontram expressamente previstos no texto da Carta Magna.

Trata-se do dever geral de probidade, o qual impõe, ao mesmo tempo, comportamentos positivos e negativos do agente público, do qual se espera a estrita observância aos princípios e, de outro passo, a abstenção de não observá-los.

Ressalte-se que os princípios administrativos expressos na CRFB não se aplicam isoladamente, conforme ensina Fazzio Júnior:[38](#_bookmark37)

*Afigura-se indispensável, para esse fim, considerar que os princípios constitucionais da administração pública não são postulados isolados. Considerados sob uma perspectiva de insulamento, perdem a força inerente à interação de seus elementos. (…) Os princípios constitucionais da Administração devem ser compreendidos imbricados, de forma que cada um funciona como elemento constitutivo do outro. Assim, a agressão à moralidade administrativa implica na ilegalidade, dado que no cotejo entre os motivos e a finalidade do ato esta se aloja na lei. A eficiência, sem a moralidade, não é eficiência administrativa, mas simples objetivo técnico instrumental. A moralidade não basta sem a impessoalidade, dado que qualquer estipulação moralmente válida pressupõe a isonomia dos destinatários da norma. A garantia da legalidade dos atos administrativos não prescinde da publicidade, que tem o efeito de torná-los obrigatórios. E assim por diante, numa infinita sobreposição de fatos sob variadas articulações.* (FAZZIO JÚNIOR, 2015, p. 83,84)*.*

A Lei n° 8.429/92 define os atos de improbidade administrativa, os quais estão separados em quatro modalidades, quais sejam: (a) Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito; **b) Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário;** **c) Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário, e (c) Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública.**

Uma vez enquadrado na prática dos atos exemplificativamente descritos nos Arts. 9º, 10, 10-A e 11 da Lei n° 8.429/92, estará o responsável sujeito às penalidades previstas no Art. 12 do mesmo diploma legal.

Frise-se novamente que o rol constante dos Art. 9º, 10 e 11 é meramente exemplificativo, sendo que a “*qualificação da conduta como ato de improbidade, nessa linha de raciocínio, depende da presença dos pressupostos elencados no caput das três normas jurídicas em comento*” (OLIVEIRA; NEVES, 2014, p. 76).[39](#_bookmark38)

Insta consignar, ademais, que o efetivo prejuízo ao erário é dispensável à caracterização do ato de improbidade administrativa, haja vista que o Art. 11 da Lei de Improbidade informa que se configura o ato ímprobo através da inobservância aos princípios da administração pública.

Necessária, porém, a constatação da presença do elemento subjetivo na conduta do agente, qual seja o dolo ou a culpa, uma vez que nem todo ato ilegal é ato de improbidade administrativa.

O Art. 9º da LIA disciplina as situações em que há a ocorrência de enriquecimento ilícito do agente público como nota principal, **como no caso ora em análise**.

Já o Art. 10 trata das hipóteses em que o ato de improbidade causa lesão ao erário, a qual se configura com a perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no Art. 1º da retrocitada lei. Ao contrário do que pretende o Art. 9º, visa-se proteger o patrimônio público, sendo dispensável a existência de dolo, bastando a efetiva ocorrência de dano ao erário, por meio de efetivo prejuízo financeiro ou moral.

Por sua vez, o Art. 11 estabelece algumas hipóteses exemplificativas de atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, e que, como tal, constituam “*ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições*”.

# Dos Atos de Improbidade Administrativa que importaram em enriquecimento ilícito, causaram dano ao erário e que feriram os princípios reitores da Administração Pública (Arts. 9° e 11 da Lei nº 8.429/92)

As condutas descritas na narração fática, comprovadas nos autos inclusos, apontam categoricamente para a prática de atos de improbidade administrativa, geradores de enriquecimento ilícito e, ao mesmo tempo, causadores de dano ao erário e de violação aos princípios administrativos, tudo por parte do prefeito demandado e dos demais agentes imputados no polo passivo.

O Prefeito Tiago Lisboa, em conluio com os secretários nos anos de 2017 e 2018, realizaram um verdadeiro esquema criminoso de compartilhamento de informações de supostos prestadores de serviços, a fim de desviar dinheiro público, com a emissão de empenhos para pagamento de eventuais serviços por pessoas físicas aos órgãos públicos, com dados falsos, ou informações que não correspondem com a verdade, além de “rachadinhas” em pagamento de alguns prestadores e, por fim, com pagamento desses empenhos a pessoas estranhas a relação contratual.

Pelo sistema SAGRES-PB, verificou que a prefeitura de Capim e o Fundo Municipal de Saúde, nos anos de 2017 e 2018, e no corrente ano, contrataram prestadores de serviços, de diversas categorias, sem a observância da obrigatoriedade de concurso público, além de despender valores altíssimos nessas contratações, que não são antecedidas de nenhuma formalidade e de comprovação de suas necessidades, muito menos da prestação real dos serviços, sendo este tipo de contratação uma fonte de cabide de empregos e desvios de dinheiro público.

Como já visto acima, **verificou-se que o FMS em 2017 e 2018 despendeu os valores, respectivamente, de R$ 238.314,00 e 467.244,00, totalizando o valor de R$ 705.558,00 (setecentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais), como elemento de despesa por “outros serviços prestados por terceiros- pessoa física”,** onde tais contratações foram realizadas sem qualquer fiscalização, bem como sem a comprovação da necessidade e, além disso, fazendo uma troca de informações dos prestadores de serviços com a Prefeitura, a fim de burlar a fiscalização, já que estes prestadores não podem ser contratados para serviços permanentes, como foram os casos de vários prestadores. Assim, cada ente “contratava” um determinado servidor para serviços perenes em algum órgão do FMS, mas que, oficialmente, este ‘prestador” só constaria no referido órgão por alguns meses, e, nos outros, seriam “contratados” por alguma secretaria do Município, e vice-versa, cujos dados constantes nos empenhos não correspondem a verdade. Por fim, além desses casos, existem empenhos que se referem a um determinado serviço, onde o “prestador” NUNCA realizou qualquer serviço no ente, não sabendo a respeito de sua contratação, e muito menos, do pagamento desses valores, sendo um gargalo de desvio de dinheiro público.

# Da mesma forma, e com valores ainda mais vultosos, foram as contratações realizadas pela Prefeitura de Capim, onde, no exercício de 2017, no mesmo elemento de despesa, gastou o valor de R$ 824.790,14, e, em 2018, o valor exorbitante de R$ 1.498.078,62. Totalizando o valor de R$ 2.322.868,00 ( Dois milhões, trezentos e vinte e dois mil e oitocentos e sessenta e oito reais). Somadas essas contratações perpetradas pela Prefeitura e pelo FMS, apenas nos anos de 2017 e 2018, somaram o valor de mais de R$ 3.000.000,00 ( três milhões).

Sabemos que o Município de Capim é de pequeno porte e sua arrecadação se resume às transferências legais de tributos advindos da Uniao e do Estado da Paraíba, sem expressão econômica em outras áreas e sem maiores perspectivas de empregos privados. Com essa realidade, a máquina pública serve como o alicerce econômico do Município e os cargos comissionados e contratações informais para a prestação de serviços diversos na edilidade servem de verdadeiro cabide de empregos e, como verificamos nesta ação, também serve de gargalo para o desvio de dinheiro público.

Pela narração dos fatos presentes nesta ação, dúvidas não existem de que, na Prefeitura de Capim, vários “prestadores de serviços” são irregularmente contratados para a realização de funções permanentes da edilidade, sem concurso público, **de modo que sequer foram formalizaram contratos temporários de excepcional interesse público**. **Além disso, restou comprovado que alguns empenhos estavam sendo emitidos em nome de pessoas físicas que nunca prestaram os serviços aduzidos nos respectivos documentos.**

Também se constatou que alguns prestadores de serviço são obrigados a dividir os seus pagamentos com outra pessoa, para que continuem no serviço, contudo, formalmente, são emitidos empenhos e realizados pagamentos aos prestadores em sua totalidade.

Sabe-se que, o promovido, na condição de Prefeito, quando não acordava e pagava pessoalmente aos prestadores de serviço- pessoas físicas- – descontando parcelas de seus pagamentos ou de quem utilizava seus nomes (ficando com os valores totais dos empenhos), realizava os atos nefastos auxiliado pelos secretários de saúde municipal, e por seu irmão.

Além disso, no procedimento, restou demonstrado que OUTROS SECRETÁRIOS, recrutavam pessoas, a fim de utilizarem indevidamente seus nomes civis com o escopo de promover a atuação imoral e criminosa em tela.

Também é de bom alvitre lembrar que os referidos cheques e as supostas transferências bancárias eram realizadas, que atuavam na Prefeitura e no FMS concomitantemente. Ou seja, tudo era do conhecimento e da anuência dos mesmos.

Os demais elementos de prova colhidos no procedimento investigatório, com o seu aprofundamento, sobretudo, o fato de que a grande maioria dos que tiveram seu nome expostos em empenhos nunca laboraram na Prefeitura de Capim, denotam a existência de esquema criminoso de enriquecimento ilícito, incluindo o prefeito municipal, os secretários municipais, o irmão do Prefeito.

É inconteste a aplicação do Art. 9º da Lei n° 8429/92, ao caso

em tela:

*Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:*

*XI- incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no artigo 1° desta lei.*

# O promovido TIAGO ROBERTO LISBOA, na qualidade de prefeito de Capim e, em conluio com os demais servidores publicos municipais, enriqueceram- se ilicitamente, na medida em que orquestraram a percepção a menor de alguns prestadores de serviço – dos que trabalhavam -, bem como da ausência da contraprestação laboral por parte da grande maioria das pessoas, sendo o mentor e cordenador das despesas em xeque. Aliás, ressalte-se que os desmandos administrativos na gestão do promovido eram tamanhos que saltam aos olhos, fazendo ele pouco caso com a coisa pública, e objetivando apenas satisfazer seu próprio interesse pessoal ou de terceiros aliados políticos, ou parentes seus.

Os demais agentes públicos promovidos, quais sejam, os secretários, também dolosamente aderiram ao plano ignóbil e criminoso, concorrendo diretamente para a prática dos graves atos ímprobos acima transcritos, consoante detalhadamente explicitado na narrativa fática.

A todos os promovidos são imputadas as prática dos atos previstos no Art. 9º, *caput*, e XI, da LIA, em virtude da previsão do Art. 3º do mesmo diploma legislativo:

*Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.*

Em casos similares, os tribunais pátrios não têm hesitado em reconhecer a prática de gravíssimos atos de improbidade administrativa, *in verbis*:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NEPOTISMO - FUNCIONÁRIO FANTASMA - LESÃO AO ERÁRIO - AUSÊNCIA DE QUALQUER TRABALHO - CONLUIO DEMONSTRADO ENTRE OS RÉUS - SENTENÇA

ACERTADA. Apelação cível. Ação Civil Pública. Improbidade Administrativa. Sentença de procedência para condenar ambos os réus quais sejam ANTÔNIO CARLOS VIEIRA FELIX portador do RG nº 005490160-8/IFP e HUGO CANELLAS RODRIGUES FILHO, portador do RG nº 12591981 -1/IFP e CPF nº414.083.737-34 nas sanções inerentes à lei de improbidade - Lei 8429/92. Pretendem os apelantes a anulação da Sentença, ante o cerceamento de defesa operado pelo julgamento antecipado do mérito, impossibilitando o depoimento pessoal dos réus e das testemunhas para o esclarecimento dos fatos e/ou reformar a Sentença de mérito para julgar IMPROCEDENTE a ação em face dos réus pela inexistência do ato de improbidade administrativa. Cerceamento de direito de defesa não caracterizado. A prova documental demonstra que JAMAIS houve registro de comparecimento de Antonio Carlos a qualquer trabalho, apesar do regular pagamento. Ato viciado desde a origem. Elemento subjetivo demonstrado. Cadeia de atos, da nomeação até o último recebimento, sem contraprestação, demonstrando intenção de locupletamento às custas dos cofres públicos. Sanções proporcionais à gravidade da conduta, que não se afere apenas pelo montante da vantagem econômica, mas pela prática abjeta de desvio de numerário, através de nomeação de parente para função, recebendo sem trabalhar. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RJ - APL: 00137437920118190069 RIO DE JANEIRO IGUABA GRANDE VARA UNICA, Relator: NATACHA NASCIMENTO GOMES

TOSTES GONÇALVES DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 19/07/2018, VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data de

Publicação: 20/07/2018)

RECURSO DE APELAÇÃO – ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NOMEAÇÃO DE PARTICULAR A CARGO COMISSIONADO –

"FUNCIONÁRIO-FANTASMA". 1. Tratam-se de recursos de apelação interpostos pelo Ministério Público estadual e pela Prefeitura Municipal de Cananéia contra sentença de improcedência proferida na ação por improbidade administrativa interposta contra o ex-prefeito municipal, Geral do Carlos Carneiro Filho, e Alessandra Scavassini Peña Lima, por meio da qual o Ministério Público almeja a condenação dos corréus às penas da prática de ato de improbidade administrativa, consistente na nomeação de Alessandra pelo corréu Geraldo, na condição de ex-prefeito, a cargo comissionado para o exercício de atividade de assessoria sem que ela tenha desempenhado efetivamente as atividades para a qual foi nomeada, recebendo de modo ilegal os vencimentos referentes ao cargo e, por isso, caracterizada a ofensa aos artigos 9º, inciso I; 10, incisos I e XII e 11, inciso I da Lei federal nº 8.429/92. 2. Improbidade administrativa constatada – hipótese contida no art. 10, inciso I, da Lei 8.429/92. Punição por violação à lei 8.666/93 e aos princípios basilares da Administração Pública (art. 37 caput da Constituição). Sentença reformada. Recursos providos. (TJ-SP - APL: 00009347520128260118 SP 0000934-75.2012.8.26.0118,

Relator: Nogueira Diefenthaler, Data de Julgamento: 06/02/2017, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 06/03/2017)

PROCESSO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FUNCIONÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ART. 9º DA LEI 8.429 /1.992. FUNCIONÁRIO FANTASMA. ATO ÍMPROBO CARACTERIZADO. PENA: ART. 12. APELAÇÃO

DESPROVIDA. 1. Comprovada a ocupação de função comissionada junto a Câmara dos Deputados, entre 06/10/1993 a 31/01/2203, sem a contraprestação do serviço, tendo a recorrente admitido sua condição de "funcionária fantasma", em contestação no curso de processo em tramitação em Juízo de Direito de Brasília, configurada está o cometimento de ato de improbidade administrativa, por violação ao art. 9º da Lei 8429 /1992, apenável na forma do art. 12, I, da mesma lei. 2. O prazo prescricional quinquenal descrito no artigo 23 , I , da Lei nº 8.429 /1992, somente começa a fluir após ter o último réu se desligado do serviço público, alcançando assim a norma a maior eficácia possível, viabilizando a repressão aos atos de improbidade administrativa. (REsp 1071939/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe

22/04/2009) 3. Apelação desprovida.

Para o reconhecimento de ato de improbidade, segundo a jurisprudência do STJ, exige-se a presença de dolo nos casos dos arts. 9º e 11 – que coíbem o enriquecimento ilícito e o atentado aos princípios administrativos, respectivamente – e ao menos de culpa quanto ao art. 10, que censura os atos ímprobos que causem danos ao erário, sendo demonstrado no caso em debate o realçado dolo dos promovidos.

É indiscutível, no vertente caso, a configuração, **ao mesmo tempo e de forma subsidiária**, dos atos dolosos cometidos pelos promovidos que se coadunam nas descrições previstas como atos de improbidade, fundamentados no Art. 10, *caput*, e no Art. 11, *caput*, do diploma da improbidade administrativa, vez que suas condutas igualmente causaram danos ao erário municipal e fortemente violaram as normas princípio regentes da Administração Pública (previstas no Art. 37, *caput*, da CRFB).

Quanto ao ato de improbidade previsto no Art. 11 da LIA, confira-se a relevante observação de Cleber Masson, Adriano Andrade e Landolfo Andrade:

*se a violação de um princípio, por si só, já é considerada a mais grave das ilegalidades, na medida em que implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos, é forçoso reconhecer que no regime jurídico-administrativo o desrespeito aos princípios regentes da atividade estatal assume contornos ainda mais nocivos, seja pela natureza e importância dos valores neles traduzidos, seja pela ausência de codificação no Direito Administrativo.*[*40*](#_bookmark39)

O Art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa constitui verdadeira norma residual ou de encerramento, trazendo para o ordenamento jurídico pátrio proteção eficaz aos princípios éticos que devem orientar a atuação dos agentes públicos, cominando sanções severas a quem desrespeitar tais mandamentos.

A critério argumentativo, é importante destacar que os princípios constitucionais – conjunto de normas que alicerçam um sistema e lhe garantem a validade – são a síntese dos valores precípuos da ordem jurídica, posto que consubstanciam suas premissas básicas, indicando o ponto de partida e os caminhos que devem ser percorridos.

Não restam dúvidas de que os acionados não pautaram suas condutas no trato da coisa pública com zelo, honestidade e lealdade, enfim, de acordo com princípios éticos. Ao revés, violaram gravemente tais princípios, o que equivale violar o próprio Direito.

# De tão graves, as condutas dos demandados, que importaram em enriquecimento ilícito e que foram praticadas sem receio de qualquer punição, configuram também a prática dolosa e reiterada do crime tipificado no Dec.-Lei n° 201/67, mais precisamente no inciso I do seu Art. 1º[41](#_bookmark40).

Dessa forma, pugna este Órgão Ministerial pela condenação dos promovidos nas sanções relacionadas aos atos de improbidade acima explicitados, em seus patamares máximos.

# DO PEDIDO DE AFASTAMENTO COMO TUTELA DE URGÊNCIA.

# A Constituição da República, em seu Art. 37, §4°, ao dispor sobre os atos de improbidade administrativa, prevê como uma de suas consequências naturais a decretação da indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário. A fim de concretizar esse dispositivo constitucional e os anseios sociais a ele relacionados, criou-se a Lei nº 8.429/92, que, em seus Arts. 5º e 7º, estabelece a medida cautelar de indisponibilidade de bens como decorrência lógica da prática de atos ímprobos, *in verbis*:

*Art. 5°. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.*

*[...]*

*Art. 7° Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.*

*Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.*

É preciso ter presente que a decretação de indisponibilidade de bens *inaudita altera pars* em Ações de Improbidade Administrativa não viola o art. 17, §7º, da Lei 8.429/92, **podendo ser deferida antes mesmo da notificação prévia**. Eis o entendimento, pacífico, do Superior Tribunal de Justiça:

*ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DEFERIMENTO SEM AUDIÊNCIA DA PARTE ADVERSA. POSSIBILIDADE.*

*MEDIDA ACAUTELATÓRIA. 1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual, ante sua natureza acautelatória, a medida de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa pode ser deferida sem audiência da parte adversa e, portanto, antes da notificação a que se refere o art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92. Precedentes.*

*2. Recurso especial provido. (REsp 862.679/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 04/10/2010).* Por outro lado, é cediço que as medidas cautelares, em regra, como tutelas emergenciais, exigem, para a sua concessão, o cumprimento de dois requisitos: o *fumus boni iuris* (plausibilidade do direito alegado) e *o periculum in mora* (fundado receio de que a outra parte, antes do julgamento da lide, cause ao seu direito lesão grave ou de difícil reparação).

Assim, diante da necessidade da tutela de urgência que marca a decretação de indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa, bastao noticiante demonstrar a verossimilhança das alegações.

Outrossim, o *fumus boni iuris* se encontra presente, notadamente nos relevantes fatos e fundamentos jurídicos esgrimidos nesta petição inicial.

Destarte, a natureza dos bens tutelados na presente ação, quais sejam o patrimônio público e a moralidade administrativa, e a situação acima descrita, em riqueza de detalhes, reclamam a concessão de um provimento preventivo de modo a se evitar o agravamento da lesão ao patrimônio público.

# DO PEDIDO LIMINAR DE AFASTAMENTO DO CARGO DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIM (TIAGO LISBOA).

O Art. 20, parágrafo único, da Lei 8.429/92, consigna que “ *a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual*”.

Interpretando-se o dispositivo legal, verifica-se, de logo, que o afastamento do agente público não se trata de medida sancionatória, mas sim acautelatória. Visa a evitar que o agente público acionado dificulte a instrução processual, a busca da verdade real, utilizando as prerrogativas que seu cargo, emprego ou função lhe confere, para macular provas.

Diante das hediondas condutas praticadas pelos promovidos, caso suas permanências nos respectivos cargos se estenda, além da perduração dos efeitos de atos ilegais e imorais que por ele já foram cometidos, como ímproba que vem se revelando, continuará a agir em flagrante violação à lei, principalmente pela sensação de impunidade.

Ademais, apenas o afastamento cautelar dos promovidos poderá

evitar que eles, com as facilidades inerentes ao exercício dos cargos, possam destruir documentos, forjar provas, **intimidar servidores públicos subordinado e testemunhas dos fatos (como de fato ocorreu)**, descumprir ordens judiciais, obstar a atuação dos órgãos de controle e continuar perpetrando os ilícitos descritos e destruindo vestígios das irregularidades. **Outrossim, o afastamento dos cargos poderá possibilitar a normalização da situação socioeconômico financeira do Município de Capim-PB.**

Requer-se, então, seja o ora demandado ( TIAGO ROBERTO LISBOA) afastado cautelarmente do exercício do cargo público que ocupa, proibindo-se sua nomeação em outros cargos comissionados na estrutura de qualquer ente federativo e suas administrações indiretas, bem como sua permanência no interior das dependências dos órgãos públicos municipais, com base no Art. 20 da Lei 8.429/92 e no poder geral de cautela ínsito à jurisdição. Nesse sentido, colacionam-se os pertinentes julgados:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NULIDADE DA DECISÃO - ART. 2º, DA LEI Nº 8.437/1992 - EXCEPCIONALIDADE - AFASTAMENTO DO CARGO - ARTIGO 20, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº. 8.429/92 REQUISITOS COMPROVADOS - FIXAÇÃO DE PRAZO DESNECESSIDADE - DESPROVIMENTO. O art. 2º*

*da Lei nº 8.437/1992 determina que em sede de Mandado de Segurança coletivo e Ação Civil Pública, deve ser oportunizada a manifestação da pessoa jurídica de direito público, se possível, sendo relativizada a determinação em casos de premente urgência. O afastamento do agente público do cargo somente será admitido para garantir a instrução processual em razão de a parte causar empecilhos ao regular andamento do feito. Para o deferimento da medida cautelar do afastamento dos recorrentes dos cargos públicos que ocupam na Administração Pública Municipal, mister a presença do periculum in mora e fumus boni iuris. Demonstrada a gravidade dos fatos narrados que recaem na fraude de procedimento licitatório e dispensa indevida de licitação, bem como em razão dos valores financeiros envolvidos provenientes de inscrição de várias pessoas interessadas no preenchimento de cargos públicos, é prudente a manutenção da decisão hostilizada. O afastamento visa coibir a prática de condutas danosas para a apuração da verdade, já que o cargo de destaque que ocupam na Administração Pública Municipal*

*pode de certa forma, intimidar as testemunhas, bem como há risco de ocultação de provas, já que eles têm amplo acesso à documentação referente à dispensa de licitação em análise. O prazo do afastamento dos agentes públicos de suas funções pode ser indeterminado, visto que não há delimitação no artigo 20, parágrafo único da Lei nº. 8.429/92. A manutenção da decisão é medida que se impõe. (TJ-MG - AI: 10713160080469003 MG, Relator: Ângela de Lourdes Rodrigues, Data de Julgamento: 18/10/2018, Data de Publicação: 12/11/2018)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AFASTAMENTO CAUTELAR DE AGENTE PÚBLICO DO CARGO DE PREFEITO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 20 DA LEI 8.429/92 - FUMUS BONIIURIS E PERICULUM IN MORA - REQUISITOS DEMONSTRADOS - INDÍCIOS SUFICIENTES DE EMBARAÇOS NA COLHEITA DE PROVAS - PRAZO FIXADO DE 180 DIAS RAZOABILIDADE - TUTELA CAUTELAR CONFIRMADA RECURSO DESPROVIDO. O*

*parágrafo único do art. 20 da Lei 8.429/92 ressalva a hipótese de afastamento cautelar do agente público do cargo ou função quando houver riscos à instrução processual, cujo deferimento é condicionado à presença do fumus boni iuris e o periculum in mora. Verificando-se, na hipótese, a presença de indícios satisfatórios de interferência concreta de forma a embaraçar o esclarecimento dos fatos investigados, deve ser mantida a decisão que concedeu a cautela para afastar o agente público do cargo de Prefeito, a fim de se preservar a correta instrução processual. O prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o afastamento do agente público em questão tem sido hodiernamente utilizado como referência em casos semelhantes, e atende, por ora, à finalidade da cautela pretendida. Recurso desprovido. (TJMG, AI nº. 1.0555.14.001528-3/001, Rel. Des. Hilda Teixeira da Costa, j: 19/04/2016)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.*

*IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. aplicabilidade da lei n. 8.429/92 aos prefeitos municipais. AFASTAMENTO CAUTELAR DO AGENTE PÚBLICO DO EXERCÍCIO DO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO. ART. 20, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.429/92. POSSIBILIDADE, CASO*

*CONCRETO. 1. O STJ já firmou posicionamento de que a Lei de Improbidade Administrativa aplica-se a agentes políticos municipais, tais como prefeitos, ex-prefeitos e vereadores. 2. A medida referida no art. 20, parágrafo único, da Lei 8.429/92 somente deve ser aplicada quando houver risco à regular instrução do processo, ou seja, trata-se de uma medida excepcional. Com efeito, o afastamento, na forma como*

*determinado na decisão recorrida, mostra-se necessário, pois permitirá uma melhor investigação dos fatos. (AI 51601/2012, DRA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, QUARTA CÂMARA*

*CÍVEL, Julgado em 30/07/2013, Publicado no DJE 07/08/2013).*

Há o grande risco, como se nota, de que além de obstarem a devida instrução da presente *actio*, possa o promovido, com suas atitudes inconsequentes e irresponsáveis, acabarem levando o município à “falência” completa, não só dos cofres públicos, mas especialmente da estrutura e dos serviços à população, uma vez demonstrado que pouco caso faz no trato com a coisa pública.

**Estão sobejamente demonstrados os desvios contínuos e escancarados de recursos públicos e os desrespeitos aos comandos constitucionais/legais**. O contexto evidencia a gravidade dos ilícitos perpetrados, que constituem-se, por si só, em repugnante imoralidade que indelevelmente acaba por impregnar a continuidade de atuação dos agentes ímprobos. **A permanência dos referido agente público nas funções representa, por si só, uma afronta à ordem pública, comprometendo, de forma ampla, os supremos objetivos do Estado.**

Por fim, pontue-se que também se mostra justificável, adequada e necessária a medida liminar de afastamento do promovido do seu cargo, eis que se revelam sem aptidão na gestão pública, pois eles vêm **descumprindo os seus deveres constitucionais e legais para com o município em apreço, agindo mediante atuações criminosas, inconsequentes e imorais.**

Corroborando as fraudes intentadas pelo gestor do Município de Capim e pelos secretários,

# DOS PEDIDOS

Ante o exposto, vem **requer**:

1. Seja instaurada na forma da Lei Orgânica Municipal,seguindo os trâmites legais, e deferida, *inaudita altera pars*, **a medida de AFASTAMENTO CAUTELAR do promovido (prefeito constitucional), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, diante dos gravíssimos fatos e esclarecimentos constantes no bojo desta exordial, eis que presentes os requisitos legais autorizadores de tal medida;

evidenciados, até o cumprimento das diligências adiante elencadas, para se assegurar a sua efetividade e operacionalização, levantando-o em seguida, por não mais justificar a necessidade de se repousar o sigilo, **adotando- se as seguintes medidas operacionais**:

* 1. emissão de ordem de indisponibilidade por intermédio da CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, instituída pelo Provimento nº 39/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, de todos os imóveis localizados em nome dos requeridos;

1. seja a presente ação recebida, autuada e processada sob o rito ordinário (Art. 17 da Lei nº 8.429/92), **observada a sua PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**, com a adoção das medidas necessárias.
2. a notificação preliminar do promovido para se manifestarem por escrito, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, recebendo, após tal prazo, em juízo de admissibilidade devidamente fundamentado, a presente, dando-se prosseguimento regular nos termos dos §§ 7º e 9º do art. 17, da Lei n° 8.429/92;
3. ultrapassada a fase do juízo de admissibilidade, a citação dos promovidos para, querendo, apresentarem contestação, no prazo de lei.
4. a intimação do Município de Capim-PB para que, caso queira, atue no feito.
5. a **TOTAL PROCEDÊNCIA** da presente,por Ato de Improbidade Administrativa, para condenar demandado pela prática de condutas tipificadas como dolosos atos ímprobos, inseridos no art. 9º, *caput*, e XI, da Lei de Improbidade Administrativa, **impondo-lhes TODAS as sanções respectivas, de acordo com a previsão preponderante do art. 12, I, da Lei nº 8.429/92,** incluindo-se a perda dos valores acrescidos ilicitamente, no montante total corrigido a ser verificado na fase de cumprimento de sentença; **subsidiariamente (na remota hipótese de se entender que não houve enriquecimento ilícito)**, para condená-los em razão da prática do ato do art. 10, *caput*, igualmente da LIA, impondo-lhes as sanções respectivas; e, por fim, **ainda de modo subsidiário (caso se entenda que houve apenas atos do Art. 11, *caput*, da LIA)**, para condená-lo pelo cometimento de atos ímprobos que violaram os princípios reitores da Administração Pública, impondo-lhes as sanções do art. 12, III, do mesmo diploma, **observando- se, em qualquer caso, a quantidade e a reiteração de atos ímprobos**;

# a remessa de cópia integral dos autos, em mídia digital, à Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa (CCRIMP), órgão auxiliar do MPPB, para que forme a *opinio delicti* acerca dos possíveis crimes do Art. 1°, I, do Dec.-Lei n° 201/1967, narrados nesta exordial e praticados (em coautoria) pelo prefeito demandado, bem como ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para, querendo, realize uma auditoria especial nas contratações de prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas, ocorridas em Capim e no Fundo Municipal de Saúde do mesmo Município, nos anos de 2017 até os dias atuais;

1. a produção de outras provas necessárias à instrução do processo e admitidas em direito, em especial, posterior juntada de documentos e indicação de rol testemunhal, anexando, de logo, na íntegra, o Inquérito Civil e as Notícias de Fato, que seguem em formato PDF, além das mídias com videos etc, bem como colacionando em anexo os demais **empenhos extraídos do Sistema Sagres do TCE-PB**, utilizados no esquema ilícito em tela e que não constam do sobredito ICP;
2. a expedição de ofício ao Banco do Brasil, através da sua agência local **(Mamanguape)**, bem como ao BANCO BRADESCO, referente as contas do municipio, requisitando que envie a câmara, no prazo de trinta dias, o extrato bancário das referidas contas desde janeiro de 2017 até dezembro de 2019, bem como, no prazo de 60 dias, as cópias das microfilmagens dos cheques emitidos pela Prefeitura de Capim-PB e pelo Fundo Municipal de Saúde, que foram utilizados para pagar parcela dos empenhos citados nas denuncias acima.Requisite-se da Prefeitura de Capim e do Fundo Municipal de Saúde do mesmo município todos os contratos de prestação de serviços, empenhos, liquidações destes, pagamentos, recibos, comprovante de transferências das pessoas abaixo descritas, nos anos de 2017 e 2018, e caso alguma das pessoas listadas estiver com nomeações em cargos comissionados que envie as portarias de nomeações, comprovação de pagamento, comprovação de prestação do serviço e a devida lotação, no prazo de 30 dias.
3. sejam as intimações do *Parquet* realizadas pessoalmente, mediante vista dos autos, através de carga, conforme o disposto no Art. 183, §1º, do NCPC;
4. a condenação do promovido no ônus da sucumbência.

CAPIM, 28 de abril de 2020.

**ESTANISLAU CHAVES NETO JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO**

VERADOR- DEM VEREADOR -DEM